

Planejamento Integrado das Aldeias Históricas de Portugal

Integrated Planning of the Historical Villages of Portugal

Planificación Integrada de los Pueblos Históricos de Portugal

Milena Albrecht Silveira

Arquiteta e Urbanista, UPF, Brasil
milena.albrechtsilveira@gmail.com

Carla Portal Vasconcellos

Arquiteta e Urbanista, UFRGS. Mestre e Doutora em Planejamento Urbano e Regional, UFRGS. Pós doutora (Universidade de Sevilha e Universidade Lusófona do Porto). Professora, UPF
carlaportal@upf.br

RESUMO

Apesar da existência de diversos planos regionais, com o objetivo de combater a desertificação, em 2021 a região Centro de Portugal ainda registrou uma perda de cerca de 4% da população face ao censo de 2011. Tratando-se das Aldeias Históricas de Portugal, esse índice chegou à mais de 30% em algumas delas, isso representa um risco à preservação dos aspectos culturais e históricos dessas comunidades. Em busca de soluções para combater o declínio populacional através do planejamento regional integrado, este trabalho foca na aplicação de uma abordagem do ponto de vista da paisagem. Integrando diferentes temas como gestão do patrimônio material e imaterial, sustentabilidade econômica e ambiental, mobilidade e qualificação de espaços públicos e equipamentos urbanos, a partir de cinco níveis de intervenção distribuídos em diferentes escalas, desde o contexto internacional até os centros históricos. O objetivo principal do trabalho é apresentar a paisagem como elemento estruturador do planejamento das aldeias históricas enquanto conjunto de comunidades e não somente como destino turístico.

PALAVRAS-CHAVE: Planejamento urbano. Patrimônio histórico. Paisagem.

ABSTRACT

Despite the existence of several regional plans aiming to combat depopulation in 2021, the Central region of Portugal still registered a decrease of around 4% of the population compared to the 2011 census. Concerning the Historical Villages of Portugal, this index reached more than 30%, which represents a risk to the preservation of these communities' cultural and historical aspects. This work focuses on approaching the landscape in the search for solutions to counteract the population decline through integrated regional planning. Combining themes such as material and immaterial heritage management, economic and environmental sustainability, mobility and the qualification of public spaces and urban facilities, in five intervention levels at different scales, from the global context to the historical centers. The main objective of the work is to present the landscape as a structuring element in planning historic villages as communities and not only as tourist destinations.

KEYWORDS: Urban planning. Heritage. Landscape.

ABSTRACTO

A pesar de la existencia de varios planes regionales, con el objetivo de combatir la desertificación, en 2021 la región Central de Portugal todavía registró una pérdida de alrededor del 4% de la población en comparación con el censo de 2011. La tasa alcanzó más del 30% en algunos de ellos, esto representa un riesgo para la preservación de los aspectos culturales e históricos de estas comunidades. En busca de soluciones para combatir el declive demográfico a través de una planificación territorial integrada, este trabajo se centra en la aplicación de un enfoque de paisaje. Integrando diferentes temas como la gestión del patrimonio material e inmaterial, la sostenibilidad económica y ambiental, la movilidad y cualificación de los espacios públicos y equipamientos urbanos, desde cinco niveles de intervención distribuidos a diferentes escalas, desde el contexto internacional hasta los centros históricos. El objetivo principal del trabajo es utilizar el paisaje como elemento estructurador en la planificación de los pueblos históricos como conjunto de comunidades y no solo como destino turístico.

PALABRAS CLAVE: Urbanismo. Patrimonio histórico. Paisaje.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho teve origem no desenvolvimento de uma pesquisa inicial, levando à elaboração de uma proposta urbano-regional a nível acadêmico. O trabalho foi estruturado nas seguintes etapas: diagnóstico da região, desenvolvimento metodológico e aplicação da metodologia através de propostas.

Segundo Steiner (2018, p.2), o ser humano é uma das espécies com a maior capacidade de adaptação no mundo e o planejamento é uma das ferramentas de adaptação mais poderosas do homem. Portanto, é possível afirmar que os núcleos conhecidos como Aldeias Históricas (AH) de Portugal sofreram diversas adaptações para garantir sua sobrevivência, mesmo antes de possuírem tal denominação, pois foram ocupados por povos túrdulos, romanos, mouros, dentre outros, possuindo um traçado e um conjunto de edificações que evidenciam seu planejamento estratégico.

Devido a sua localização geográfica, o território fronteiriço de Portugal, o qual teve sua importância destacada durante a definição das fronteiras do país, bem como nas disputas territoriais com os reinos de Leão e Castela, enfrenta hoje tentativas de promover o repovoamento, estimulando o turismo na região buscando uma alternativa para a manutenção das localidades, necessitando mais uma vez da capacidade de adaptação humana.

Publicado em 1994, o Programa de Recuperação das Aldeias Históricas de Portugal, teve como objetivo combater a fraca produtividade, o envelhecimento e a desertificação populacional. No total foram selecionadas 12 aldeias (Figura 1), com base na existência de planos de pormenor de salvaguarda, no índice de desertificação, na existência de patrimônio arquitetônico, arqueológico ou ambiental classificado, na unidade formal do tecido urbano e no interesse histórico-cultural.

Figura 1 – Mapa das AH na Região Centro de Portugal



Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Apesar do consenso quanto à importância dos investimentos turísticos nas AH e da existência dos planos de recuperação, percebe-se uma resistência às intervenções por parte

dos residentes. Essa tendência estimula a polarização entre o desenvolvimento urbano e a preservação do patrimônio histórico, contrariando o que recomenda a bibliografia e a prática.

2 OBJETIVOS

O objetivo geral do trabalho é conceber uma estratégia, em forma de planejamento integrado regional, buscando alternativas de sustentabilidade econômica para combater o declínio populacional e preservar os aspectos culturais e históricos remanescentes das comunidades conhecidas como Aldeias Históricas de Portugal. Deste modo, buscou-se utilizar a paisagem como elemento estruturador do planejamento das aldeias históricas enquanto conjunto de comunidades e não somente como destino turístico.

3 METODOLOGIA

Segundo Steiner (2018, p.31) os mapas representam uma grande variedade de fenômenos geográficos e portanto ao ignorarmos o que está abaixo de nossos pés assumimos as consequências por nossa própria conta e risco, entretanto isso pressupõe que seríamos o objeto das nossas ações, mas a lacuna na adoção de uma metodologia que aborde as diversas faces presentes em um território, pode ser decisiva para a vida de comunidades inteiras.

Deste modo, a metodologia do trabalho dividiu-se em dois segmentos: o diagnóstico da área de estudo e a definição de uma abordagem multiescalar. O primeiro consiste em uma sequência de análises através de mapas, fotografias e dados estatísticos correlacionando-os com estudos no campo das ciências sociais já realizados no local. O segundo, refere-se a contextualização da abordagem adotada englobando as definições e a perspectiva multiescalar adotada.

3.1 Diagnóstico

Partindo da análise da região Centro, foram divididas as etapas do diagnóstico em três aspectos, socioeconômicos, físico naturais e infraestrutura. Quanto ao primeiro aspecto, evidenciou-se que a região Centro apresenta uma baixa densidade populacional, nas AH essa densidade é de 7 a 62 habitantes por km² (INE, 2021). Além disso, cerca de 30% da população é constituída por pessoas acima dos 65 anos. Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), em comparação ao censo anterior (2011), em 2021 houve um declínio populacional entre 6,7% à 32,6% nas AH (Tabela 1).

Tabela 1- Evolução demográfica das Aldeias Históricas em número de habitantes, por freguesia, 1890-2021

Freguesias	Ano de 2021	Ano de 2011	Ano de 2001	Ano de 1960	Ano de 1940	Ano de 1890
Almeida	1146	1314	1491	1585	1825	2354
Belmonte	3539	3912	3227	2827	3258	2084
Castelo Mendo	205	266	134	457	506	519
Castelo Novo	351	406	439	1125	1338	1298
Castelo Rodrigo	467	517	469	451	496	512
Idanha-a-Velha e Monsanto	766	892	1239	3887	4010	2231
Linhares	212	259	337	1016	1103	1102
Marialva	177	255	217	727	728	567
Piodão	120	178	224	1088	1070	803
Sortelha	320	444	579	1458	1320	882
Trancoso	3192	3420	3106	3014	3186	2759
Total	10495	11863	13463	19595	20780	17001

Fonte: INE, 2021.

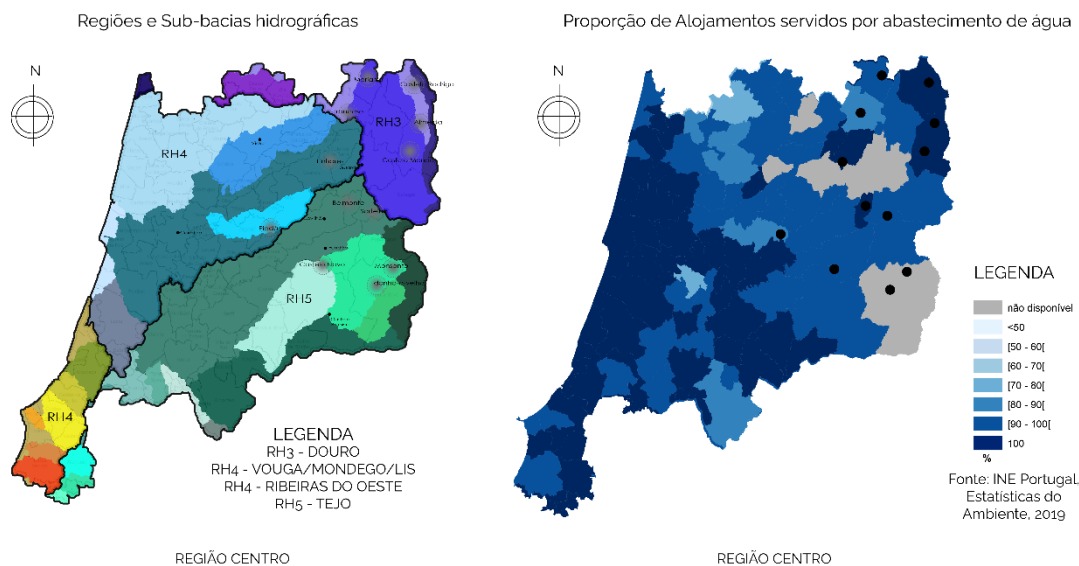
A maior atividade econômica da região é a agricultura. Essa dinâmica se traduz na demografia, com o crescente êxodo das regiões fronteiriças do país por causa da insustentabilidade econômica da monofuncionalidade predominante. Apesar dessa tendência acompanhar as alterações demográficas de Portugal continental como um todo, os índices mostram-se preocupantes no contexto internacional devido à instabilidade do setor turístico, principal alternativa do governo no incentivo à multifuncionalidade das aldeias.¹

Em relação à mobilidade regional, foi identificado um déficit, sendo 85% do acesso às AH feito com veículo particular (REIS; BALTAZAR, 2020, p.61). Com exceção de Belmonte, Castelo Mendo e Castelo Novo, elas não possuem nenhuma ligação ferroviária. As ligações rodoviárias também apresentam problemas, ao constatar-se a inexistência de locais adequados de estacionamento dos veículos e também a escassez de serviços de transporte entre as AH.

Quanto aos recursos naturais, considerou-se o abastecimento de água eficiente em toda a região Centro, inclusive nos municípios onde estão localizadas as aldeias, todas com índices acima de 70%. Fato que ocorre, certamente, devido a abundância de bacias e sub-bacias hidrográficas (Figura 2). Entretanto, o sistema público de tratamento de águas residuais apresenta deficiências preocupantes com grandes variações de taxas de tratamento entre as aldeias, especialmente nas proximidades do Vale do Côa, como em Almeida e Castelo Rodrigo, onde os índices não ultrapassam 50%.

¹ Evidenciada através do desenvolvimento de programas de desenvolvimento desde a década de 1990 com o II Quadro Comunitário de Apoio (QCA) bem como os subprogramas consequentes.

Figura 2 – Comparação entre as bacias hidrográficas da região e o abastecimento de água



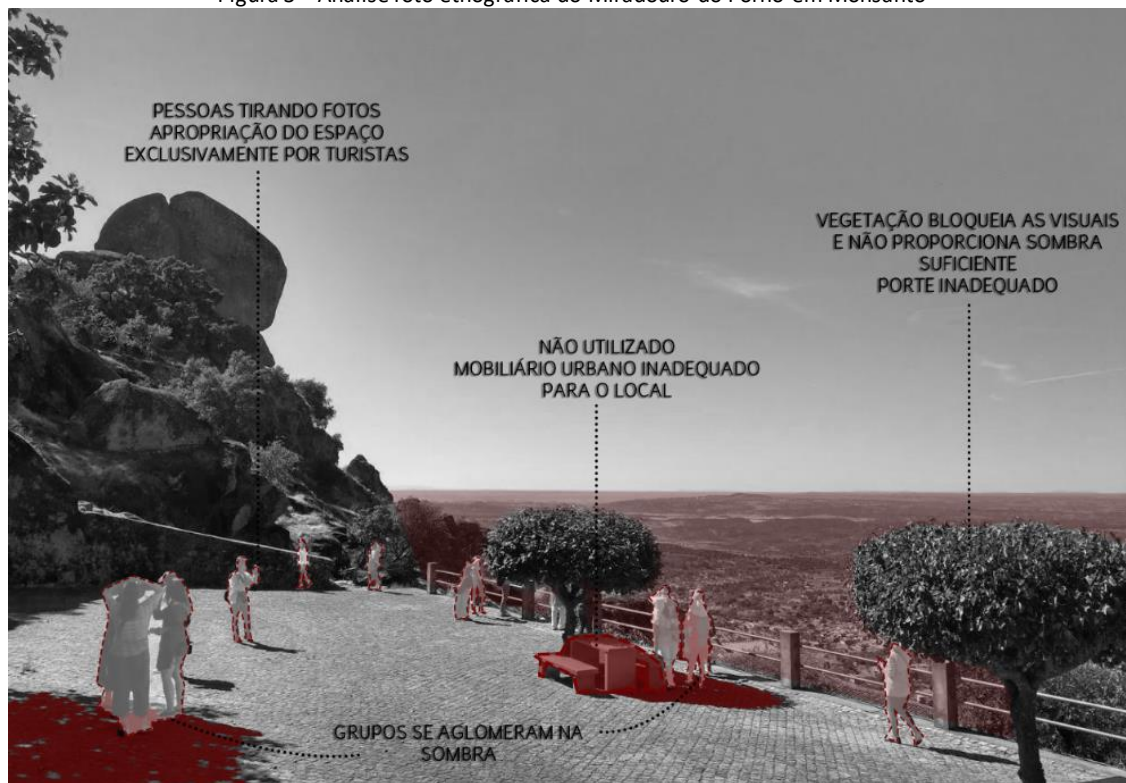
Fonte: SILVEIRA, 2021.

Além da preocupação ambiental, o diagnóstico revela a descentralização de ações de incentivo ao desenvolvimento urbano enquanto conjunto de municípios, devido a disparidade de investimentos. Evidencia-se um esforço a nível municipal, mas não há qualquer iniciativa ou plano de ordenamento e desenvolvimento, relativo às aldeias, para além de planos com âmbito estritamente turístico, fortalecendo ainda mais a resistência da população quanto ao crescimento do setor na região.

Vale lembrar ainda, que a construção da identidade desse território como ‘Aldeias Históricas de Portugal’ não partiu da população residente, mas de uma designação adotada pelo Programa do Potencial de Desenvolvimento Regional. Até mesmo a designação de AH é ambígua, pois destacam-se pela autenticidade e valor, tornando-se um distinto produto turístico, porém perdem prestígio sob a perspectiva dos locais, por causa da distinção entre aldeias e vilas, pois as aldeias eram caracterizadas como povoações menores e sem jurisdição sobre si (LOUSADA, 2008, p.150).

Cerca de 25% das AH possuem menos de uma opção ou nenhum alojamento turístico. As infraestruturas de apoio existentes, como os postos de turismo, têm horários inadequados, e, do mesmo modo, mesmo a minoria da população que trabalha como comerciante, não vê vantagem em permanecer com seus negócios em funcionamento devido à baixa demanda (REIS; BALTAZAR, 2020, p.62). Os estudos de Reis e Baltazar (2020) também afirmam que, em 2018, os residentes denunciavam a perda de autenticidade por via dos investimentos públicos que “construíram uma aldeia apenas para o turista”, o que evidencia-se também na análise foto etnográfica dos espaços públicos, como na aldeia de Monsanto, por exemplo (Figura 3).

Figura 3 – Análise foto etnográfica do Miradouro do Forno em Monsanto



Fonte: SILVEIRA, 2021.

Em consequência à sintetização dos planos de desenvolvimento para a reabilitação do edificado das aldeias, apostando na multifuncionalidade, de maneira sugerida por poderes alheios às comunidades, não se vê concreto, nomeadamente nos espaços públicos, nos equipamentos e serviços nessas localidades, o anunciado e o esperado do programa turístico proposto. Portanto, sem uma infraestrutura de atendimento aos visitantes e aos locais, só é possível obter um resultado parcial com os programas já implantados.

Com o objetivo de definir uma estratégia de planejamento, foi aplicada a metodologia SWOT (Quadro 1). Visando dar consciência ao assunto em questão, possibilitando a transformação contínua dos processos e planos, apesar do conhecimento prévio dos limites existentes da metodologia, como a forma estática na captura dos resultados e a possível margem de parcialidade (DYSON, 2004, p.638).

Quadro 1- Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats

Pontos fortes (Strengths)	Pontos fracos (Weaknesses)
<ul style="list-style-type: none">• Inventário de patrimônio classificado;• Diversidade de unidades de paisagem singulares;• Abundância de bacias hidrográficas e rios;• Rico tecido urbano caminhável das aldeias;• Aspecto cultural e histórico forte presente em todas as aldeias e região;• Alto senso de comunidade dos moradores;• Antigos costumes e eventos que conectam todas as aldeias, como feiras, festivais, etc;• Aspectos e elementos naturais presentes com grande potencial na região como um todo, como rios, florestas, campos e montanhas.	<ul style="list-style-type: none">• Crescente despovoamento das AH;• Resistência por parte da população às ações e ao desenvolvimento turístico da região;• Carência de estruturas e equipamentos relacionados ao turismo e também de atendimento à população;• Altos riscos de incêndios florestais;• Baixas taxas de tratamento das águas residuais;• Inexistência de uma rede de mobilidade eficiente entre as aldeias;• Abandono das propriedades e edificações;• Descentralização das ações de incentivo ao desenvolvimento das aldeias;
Oportunidades (Opportunities)	Ameaças (Threats)
<ul style="list-style-type: none">• Agenda 2030;• Parceria entre Portugal, Espanha, Alemanha e França no desenvolvimento do Corredor Atlântico;• Publicação do sexto relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da ONU;• Aumento da atratividade de investimentos estrangeiros;• Certificação Biosphere Destination;• Projeto All for All;• Projeto Histórias Criativas;• Pacto Ecológico Europeu	<ul style="list-style-type: none">• Queda do setor turístico em 2020 e 2021;• Consequências econômicas da pandemia do coronavírus;• Redução dos planos de investimentos em 2020;• Necessidade de revisão dos planos existentes com previsão de 5 anos;

Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

3.2 The landscape approach

No contexto do diagnóstico apresentado, há uma necessidade de adotar metodologias que englobem escalas diferentes. Especificamente no que diz respeito às aldeias, o planejamento regional torna-se complexo devido à presença de diferentes temas que carecem de atendimento, como é o caso do extenso patrimônio que as caracterizam. Deste modo, optou-se por adotar um método em diferentes níveis, utilizando uma perspectiva de contexto regional, da macro escala à microescala, possibilitando assim o suporte às diferentes necessidades.

Quanto à questão patrimonial, constatou-se que o patrimônio arquitetônico e arqueológico nas aldeias reflete precisamente suas origens pré-históricas, suas posteriores ocupações túrdulas, romanas, visigóticas e mouras, seu importante papel militar na defesa do país desde os tempos da reconquista até o final das guerras de restauração ou durante a guerra da Independência no início do século XX. Materialmente, é expresso nos castelos e muralhas medievais, pelourinhos, igrejas, palácios e solares, nas melhorias das estruturas militares e nos elementos arquitetônicos, como as janelas manuelinas, que juntos constituem sítios de interesse nacional, com imóveis e conjuntos classificados como interesse público (LOUSADA, 2008, p.147).

Portanto, considerou-se principalmente a dimensão tangível e material do patrimônio, tendo em vista que, apesar da definição de patrimônio imaterial consistir em

“práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural” (UNESCO, 2003) não há representações de tal tipo, ligadas às aldeias, classificadas ou em vias de classificação no Inventário Nacional do Patrimônio Cultural Imaterial (INPCI), que é a única forma de proteção legal do patrimônio cultural imaterial juridicamente válida de salvaguarda a nível nacional.

Através das definições de atributos e valores, segundo a carta de recomendações para Paisagem Urbana Histórica (HUL), buscou-se relacionar a salvaguarda e o aproveitamento do patrimônio. Segundo Silveira (2021), os conceitos referentes à atributos e valores são facilmente utilizados de maneira equivocada devido à falta de clareza em suas definições. Enquanto os atributos se referem ao objeto cuja proteção é pretendida, tangível ou intangível, os valores são o conjunto de razões pelas quais pretende-se proteger tal objeto.

De acordo com Silveira (2021) consideram-se também os agentes transformadores, que são as partes interessadas que definirão os valores e atributos relevantes para a sociedade, havendo, deste modo, uma maior participação e abertura do processo. Espera-se então, que os agentes representem as diferentes esferas de interesse e encontrem um comum acordo. Deste modo, não há limites pré-definidos para o que é considerado patrimônio e o que é aceitável, em termos de mudança (VELDPAUS, 2015, p.139).

Os planos e iniciativas apresentados para a área de estudo, em sua maioria com o objetivo de encontrar alternativas de sustentabilidade econômica para as aldeias, demonstram o interesse na conservação e reabilitação do patrimônio arquitetônico e arqueológico. O Programa de Recuperação das Aldeias Históricas, por exemplo, buscou identificar os melhores exemplos simbólicos daquilo que são as raízes aldeãs, recuperando as aldeias através da valorização dos seus edifícios, dos seus monumentos, das suas praças e largos (FERREIRA, 2011, p.9). A valorização do patrimônio construído foi uma das principais intervenções do programa, tendo recebido cerca de 34%, ou seja, a maior parcela do valor total de investimentos aplicados entre 1995 a 2006.

Apesar dos investimentos na recuperação do patrimônio, permanecem ainda lacunas no que diz respeito às condições de habitabilidade, nomeadamente quanto ao conforto, higiene e salubridade das habitações, pois conforme evidenciado nos objetivos dos planos referentes à recuperação das AH, buscou-se essencialmente reabilitar o edificado para a estruturação da oferta turística, sendo as intervenções realizadas apenas ao nível das fachadas e coberturas dos edifícios. “Uma intervenção que melhorasse as condições de habitabilidade poderia constituir um avanço na direcção da revitalização do tecido económico, projectos que poderiam revelar-se eficazes no combate ao estigma da interioridade” (FERREIRA, 2011, p.29).

Fica evidente portanto, que a reabilitação do patrimônio, deve ir além, quanto aos objetivos, de uma diligência de comercialização no âmbito estritamente turístico, que apesar de considerar seus atributos como um recurso, muitas vezes ignora os valores que o determinam. Segundo Silveira (2021) é necessário considerar os recursos e diretrizes como uma balança, em uma perspectiva mais abrangente do entorno, a paisagem. Deste modo, o conjunto de recursos e diretrizes é ampliado, pois engloba aspectos que vão além do

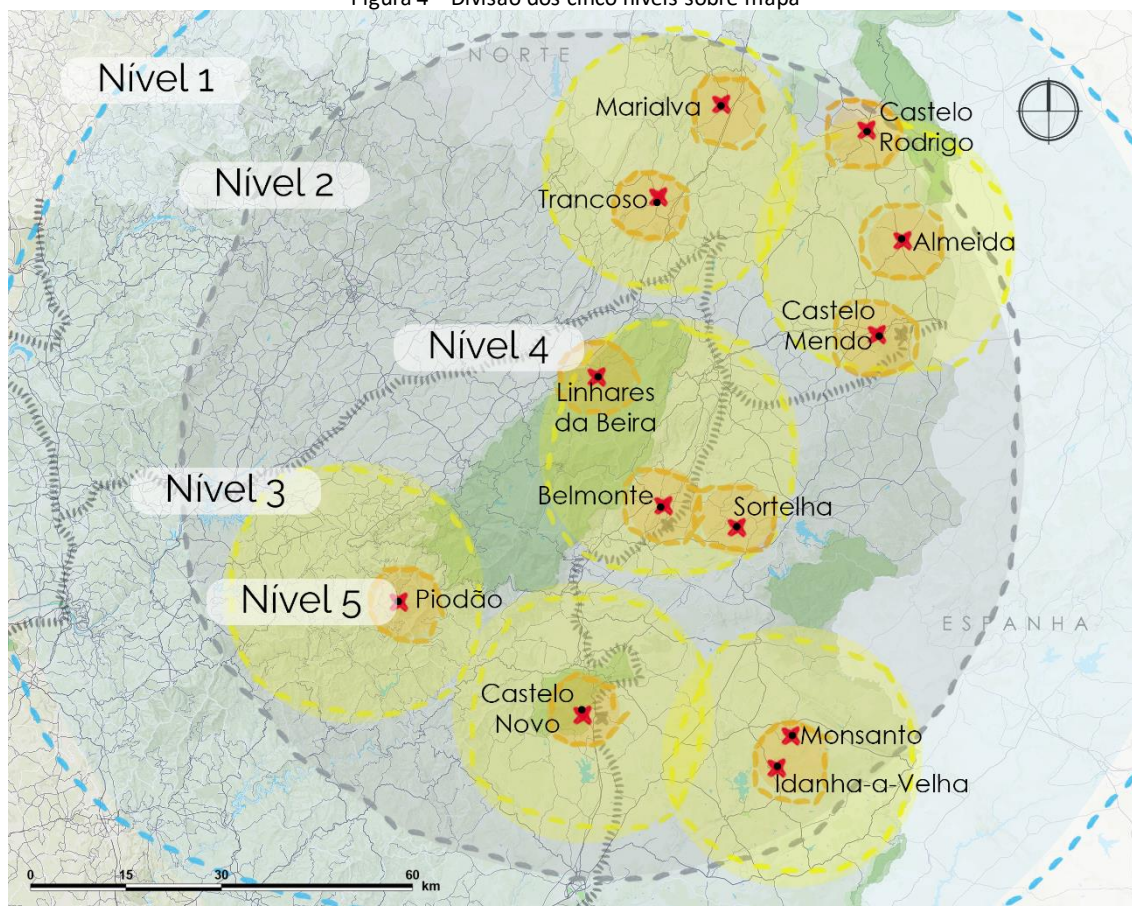
patrimônio em si, como questões sociais, econômicas e ambientais, o que demanda uma metodologia específica devido às múltiplas escalas.

Foi adotada como estratégia de estruturação deste trabalho a abordagem, referida na carta de recomendações HUL, como 'landscape approach'. Essa abordagem trata de guiar as transformações que ocorrem naturalmente na paisagem, ao invés de restringir as dinâmicas e a evolução do aglomerado urbano. Deste modo, ela busca conferir qualidade ao espaço urbano e às relações que nele se estabelecem, colocando o patrimônio como um agente ativo no processo de planejamento urbano. (VELDPAUS, 2015, p. 9)

4 PROPOSTA

A partir dos conceitos apresentados foram adotados nesta metodologia cinco níveis em escalas diferentes (Figura 4), que englobam, desde as relações entre as localidades e em um contexto ibérico, até a condução das transformações, que ocorrem naturalmente, dos centros históricos e das dinâmicas da aldeia.

Figura 4 – Divisão dos cinco níveis sobre mapa



Fonte: Elaborado pelo autor, 2022

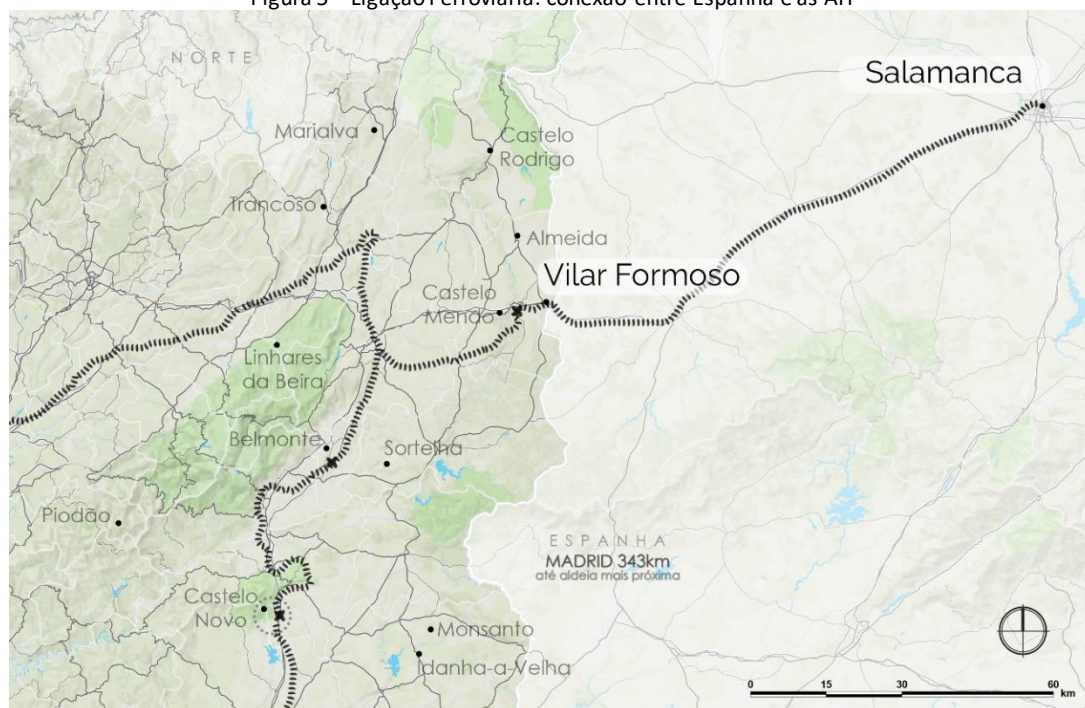
O nível 1 refere-se às interligações entre as aldeias, e sua totalidade enquanto conjunto em um contexto ibérico. O nível 2 refere-se à escala da paisagem e utilização da mesma como um elemento estruturador. O nível 3 corresponde à uma escala de ordem

municipal, buscando especialmente o resgate dos elementos existentes no território. O nível 4 refere-se aos núcleos identificados como aldeias e às suas relações enquanto comunidade. O nível 5 trata da questão patrimonial, especialmente quanto ao núcleo amuralhado.

Referente ao primeiro nível, apesar da inexistência de planos de desenvolvimento envolvendo as localidades enquanto grupo, os planos turísticos que as caracterizam como um destino em rede indicam um crescimento de visitantes, sendo 23,7% destes, provenientes de outros países (REIS; BALTAZAR, 2020, p.61).

Apesar da estruturação da oferta turística não ser o principal foco da proposta, reconhece-se a necessidade de buscar alternativas de sustentabilidade econômica para a região, e o desenvolvimento turístico constitui-se enquanto diretriz de projeto nesse sentido. Portanto, considerando os índices analisados no diagnóstico e os avanços espanhóis quanto à adequação da malha viária para o desenvolvimento de uma logística conjunta a nível europeu, com a eletrificação dos trilhos, duplicação das vias e troca de bitolas, vindo a cumprir o estabelecido quanto à padronização das linhas férreas para a constituição dos novos corredores ferroviários, nomeadamente o corredor Mediterrâneo e o corredor Atlântico, é proposto, portanto, em um contexto ibérico, a readequação das linhas existentes em Portugal, especialmente visando fortalecer a conexão do trecho entre Vilar Formoso e Salamanca (Figura 5), com a implantação da bitola europeia e a eletrificação dos trechos, considerando a existência de uma infraestrutura prévia em Castelo Mendo, Belmonte e Castelo Novo.

Figura 5 – Ligação Ferroviária: conexão entre Espanha e as AH



Fonte: Elaborado pelo autor, 2022

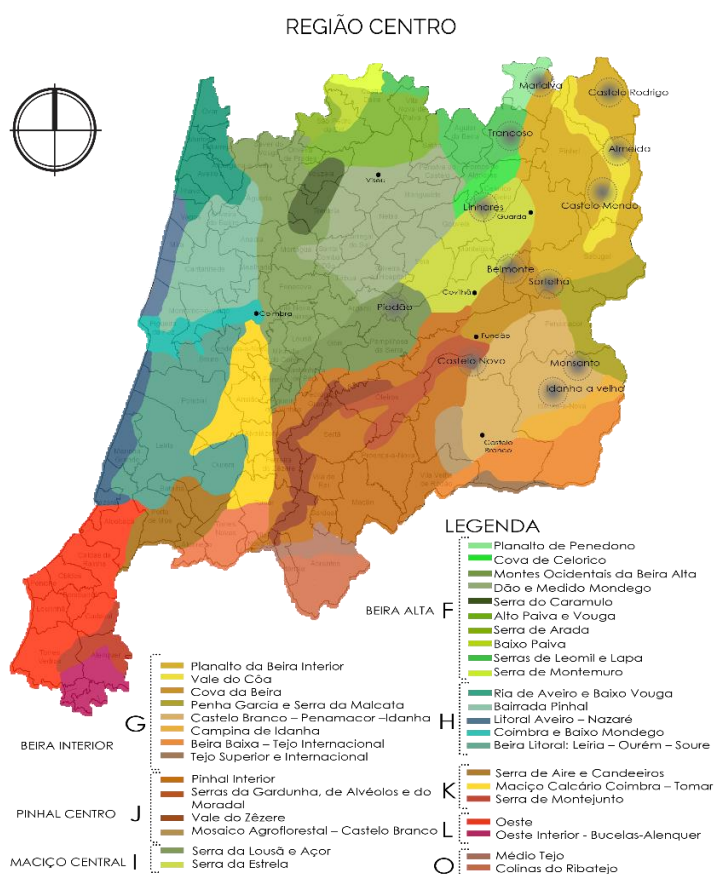
Entretanto, a proposição de uma infraestrutura ferroviária em núcleos urbanos que não possuem essa modalidade não é do interesse comunitário, de modo que constituiria uma descaracterização das paisagens, visto que não há uma herança cultural que dê respaldo à essa medida. Portanto, propõe-se apenas a extensão dos serviços ferroviários já oferecidos.

Considerando, portanto, a incapacidade de implementar infraestruturas referentes ao modal ferroviário em todas as aldeias, buscou-se organizar a oferta de novos circuitos rodoviários, que conecte-as em rede. Dentre as ações de melhorias, o alargamento das vias, com a inclusão de uma faixa destinada à parada e a sinalização adequada das mesmas, não somente exigida por lei, mas com o propósito de vincular os acessos à uma rota turística.

A influência humana aumentou a ocorrência de eventos extremos no meio ambiente, incluindo o aumento na frequência, intensidade e duração de ondas de calor e secas em escala global. Segundo o sexto relatório de avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, 2021), evidencia-se que os eventos com temperatura extrema tendem a ocorrer com maior frequência conforme o aumento da temperatura global. Portanto, considerando a propensão à ocorrência de incêndios florestais na região, pois “o território nacional é periodicamente fustigado por incêndios rurais que também contribuem para a perda de biodiversidade e degradação dos ecossistemas” (APA, 2019, p. 78), foram classificadas as áreas de preservação e zonas de intervenção florestal.

O segundo nível refere-se à escala da paisagem. Como forma de incorporar as dinâmicas sociais e naturais existentes na região e explorar o potencial existente na diversidade de unidades de paisagem que a caracterizam (Figura 6), implementou-se novas formas de apropriação do território, através de uma nova infraestrutura para a realização de percursos de pedestres e ciclistas.

Figura 6 – Distribuição das Unidades de Paisagem da Região Centro



Fonte: SILVEIRA, 2021

Os caminhos entre as aldeias foram consolidados através de rotas como a Grande Rota 22 (GR22), GR33 e GR45, entretanto buscou-se estruturar essa demarcação através de investimentos na infraestrutura, com guias, totens, pontos de apoio e sinalização. A partir da divisão entre quatro temáticas de rotas principais, a rota turística, a grande rota peatonal e ciclável, as rotas entre rios e as rotas das histórias locais, foram levantados e categorizados os trajetos, de modo a aprofundar as relações vinculadas aos caminhos, como por exemplo, relacionando-os à cultura das aldeias e à paisagem.

O terceiro nível aprofunda-se nas questões ambientais, na estruturação do turismo de natureza e na recuperação de edificações, de modo que abrange uma escala municipal. A partir do levantamento das áreas com solo degradado e solo fértil e produtivo, foi possível estabelecer perímetros delimitando os locais que carecem de uma gestão ambiental.

Devido à grande diferenciação das paisagens e características geográficas entre as aldeias, como o relevo e a vegetação, optou-se pela proposição de uma gestão de ações de recuperação ambiental mista. Em áreas com relevo elevado, como serras e encostas, e onde a presença humana é menos evidente, adotou-se uma gestão passiva. Nas demais áreas, especialmente ao longo dos cursos d'água, em zonas com maior incidência de eventos com temperaturas extremas e risco de incêndios florestais, onde há uma maior degradação do solo, adotou-se uma gestão ativa.

Dentre as ações de recuperação ambiental na gestão passiva encontram-se, iniciativas como a 'Rewilding Europe', que busca manter clareiras e paisagens abertas com o pastoreio natural, otimizar os espaços de produção, reintroduzir grandes herbívoros para a reconversão de antigos campos em pastagens. A gestão ativa, por outro lado, busca o cultivo dos campos de cereal, a manutenção do olival existente e da prática de pastoreio, a promoção das áreas de mata mediterrânea, a conservação e recuperação da vegetação ribeirinha e das áreas mais abertas e a criação de faixas corta-fogo, sem vegetação arbustiva. Assim, através da caracterização dos locais de intervenção e da proposição de uma gestão mista de forma integrada e colaborativa, será possível guiar as transformações, restabelecendo a evolução natural da paisagem.

Referente à estruturação da oferta turística as propostas nesse nível buscaram determinar as ações de suporte. Dentre as quais, propõe-se a organização de um programa de voluntariado, como ocorre por exemplo na Rota Vicentina no litoral alentejano, que garantiria a manutenção das trilhas de caminhada e circuitos cicláveis, estabelecendo-se um padrão no que se refere à sinalização e demarcação, e além disso, a incorporação de cursos, oficinas e workshops voltados para a educação ambiental. Outra proposta, seria a utilização da arquitetura itinerante para o suporte em eventos relacionados às rotas, realizando o acompanhamento, o suporte e a transmissão dos mesmos com o propósito de divulgação dos eventos. Além disso, o levantamento de novas áreas para a criação e estruturação de praias fluviais que poderiam integrar-se aos circuitos, especialmente às rotas entre rios, e a oferta de novos modais de transporte conectando-as.

No que se refere à recuperação de estruturas e edificações, optou-se por uma alternativa economicamente sustentável e não definitiva, visto que muitas edificações, que encontram-se fora dos centros históricos, possuem valor histórico e cultural mas ainda não tem qualquer mecanismo de salvaguarda legal por não encontrarem-se inventariadas.

Portanto, propõe-se a utilização dessas estruturas através do reuso intermédio, que caracteriza-se como um uso não definitivo, ou seja, entre o uso passado e o que se determinará para aquela edificação no futuro, podendo também vir a consolidar-se. Desde modo, aconselha-se que essas estruturas adotem usos referentes à estruturação da oferta turística existente, criando novos alojamentos, centros de interpretação e postos de turismo.

O quarto nível refere-se à escala da cidade em si, ou seja, o núcleo urbano, ou aquilo que admite-se como o perímetro urbano relativo à freguesia. Busca-se portanto, soluções relativas ao transporte coletivo, como novos circuitos que conectam os aglomerados urbanos envolventes e a novos modais de transporte ligando as estações ferroviárias aos centros históricos. Além disso, propõe-se a adequação das estações em si, como no caso de Castelo Mendo e Belmonte. De mesmo modo, a definição do acesso principal às aldeias com a implantação de novos estacionamentos e espaços que comportem a nova demanda, para a paragem dos coletivos. Considerando a diminuta extensão territorial dos aglomerados, entre 500m e 3km lineares, propõe-se, internamente à estrutura urbana, a adoção de alternativas sustentáveis, através da implementação de ciclovias.

Outro aspecto abordado nesta escala é a implantação de novos equipamentos urbanos. Apesar do decréscimo nos índices populacionais da região, segundo Speck (2016, p.42), a qualificação do ambiente e o conseqüente aumento na qualidade de vida tendem a gerar uma maior procura para o estabelecimento das pessoas. Portanto, foram propostas novas escolas e centros de saúde, com um maior raio de abrangência, tendo em vista os novos modais de transporte que conectam os aglomerados envolventes.

A quinta e última esfera de intervenção refere-se às ações mais pontuais, em uma escala mais aproximada, especificamente nos centros históricos, ou seja, essencialmente dentro dos núcleos intrínsecos às muralhas. Dentre os temas abordados nesse nível, encontra-se ainda a mobilidade, neste caso especificamente soluções de micromobilidade ou mobilidade de última milha, como a implantação de um sistema de transporte coletivo, aluguel de bicicletas e cadeiras motorizadas, além da restrição do acesso de veículos ao centro da aldeia.

De modo geral, essas soluções refletem também na construção dos espaços públicos, pois mudam a forma de apropriação do espaço e as dinâmicas sociais existentes. A adequação dos espaços públicos, passeios, vias, largos, travessas, praças e parques vem de encontro com o objetivo de valorizar o patrimônio material e imaterial, pois ao estabelecer-se um espaço livre no entorno das edificações os pedestres tem seu foco visual direcionado para as construções.

Além disso, visto que nas aldeias como Sortelha, onde apesar do aglomerado ter-se desenvolvido nas margens das muralhas, ainda há uma quantidade significativa de edificações no interior das mesmas, propõe-se a reestruturação desse edificado, pois muitos edifícios possuem uso residencial porém estão desabitados. Deste modo, seriam implantados novos usos, comerciais, de serviços e de hotelaria.

A criação de um laboratório cidadão, visando melhorar a qualidade de vida e possibilitar novas oportunidades para a comunidade, permite a divulgação de conhecimento técnico e a difusão da cultura local, através do ensino saber-fazer e de exposições. O laboratório busca intensificar as relações nas aldeias, de modo a superar as barreiras do

consumo exclusivamente visual da experiência turística por parte dos visitantes, enquanto consolida o patrimônio cultural imaterial expresso nas manifestações artísticas da comunidade. Outro aspecto visado é a oferta de serviços de apoio aos residentes, como consultorias jurídicas e educação patrimonial, por exemplo, além de oficinas e cursos para impulsionar o empreendedorismo e a multifuncionalidade, como marketing digital e negócios.

Diferente de uma categorização por temas, o planejamento integrado através da divisão de esferas de intervenção permite uma análise multiescalar que identifica não somente relações mais profundas, mas as inter-relações entre as temáticas, evidenciando assim como uma interfere na outra de maneira sistemática, através dos níveis. Dessa maneira, é possível perceber as diferentes dinâmicas que constituem o território como um espaço interdisciplinar de conflito, como a paisagem, os agentes transformadores, entre outras, e além disso, buscar soluções de mediação, que não limitam-se à uma temática ou outra, mas são conjuntas.

5 CONCLUSÃO

O estudo buscou investigar de que forma a aplicação da metodologia multiescalar poderia ser utilizada na estruturação de um planejamento integrado estabelecendo alternativas de sustentabilidade econômica para as AH de Portugal. Apesar da existência de diversos planos para a estruturação da oferta turística através da reabilitação do patrimônio edificado, a tendência demográfica nessas localidades evidencia a necessidade de um maior aprofundamento no desenvolvimento de um planejamento regional.

Primeiramente, estabelece-se a necessidade de um diagnóstico abordando diferentes aspectos gerais da região, socioeconômicos, físico-naturais, de infraestrutura e referente à legislação. Entretanto, a análise desses aspectos em si, apenas dá indícios das dinâmicas presentes no território, porém não sintetiza a sua caracterização. É evidente que o desenvolvimento do potencial turístico constitui-se como uma alternativa de sustentabilidade econômica, mas a implementação de planos com este viés através de um diagnóstico realizado de forma regional gera mais impactos negativos do que positivos sobre o território.

De mesmo modo, é iludível esperar resultados, nomeadamente a redução do despovoamento crescente ou até mesmo o crescimento populacional, através da diligência de comercialização das aldeias como destino turístico, quando o consumo da experiência por parte dos visitantes constitui-se meramente de forma visual, o que é um reflexo dos investimentos na reabilitação das fachadas e fechamentos do edificado. Traduz-se, nesse sentido, que ainda existe uma carência de investimentos, não apenas no patrimônio construído, mas em outras temáticas e escalas, que seriam benéficas para os visitantes e também para a população.

Portanto, a proposição de um planejamento integrado vem de encontro à melhoria na qualidade de vida, balanceando os recursos existentes e propondo novas dinâmicas que aprofundem as relações. A metodologia, que neste trabalho busca o desenvolvimento das AH, pode ser aplicada em qualquer território com aspectos em comum que entenda-se como uma região.

6 REFERÊNCIAS

APA – Agencia Portuguesa do Ambiente. **Relatório do Estado do Ambiente – REA**. [Guerra, M. D., Ribeiro, R., Rodrigues, S.] Lisboa, Portugal: APA, 2019. Disponível em <<https://sniambgeoviewer.apambiente.pt/GeoDocs/geoportaldocs/rea/REA2019/REA2019.pdf>> Acesso em 08 dez. 2021

DYSON, R. G. Strategic development and SWOT analysis at the University of Warwick. **European Journal of Operational Research**, n.152, p. 631–640, 2004. Disponível em: < [https://doi.org/10.1016/S0377-2217\(03\)00062-6](https://doi.org/10.1016/S0377-2217(03)00062-6)> Acesso em: 15 mar. 2022.

FERREIRA, P. N. (2011). **Programa de Recuperação de Aldeias Históricas em Portugal: um balanço**. Dissertação (Mestrado Integrado em Arquitetura). Universidade de Coimbra, Coimbra, 2011. <http://hdl.handle.net/10316/15822>

INE - Instituto Nacional de Estatística. **Censos 2011**. Lisboa, Portugal: INE, 2011.

INE - Instituto Nacional de Estatística. **Censos 2021**. Lisboa, Portugal: INE, 2021.

IPCC - Intergovernmental Panel on Climate Change. **Summary for Policymakers. In: Climate Change 2021: The Physical Science Basis**. Contribution of Working Group I to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Masson-Delmotte, V., P. Zhai, A. Pirani, S. L. Connors, C. Péan, S. Berger, N. Caud, Y. Chen, L. Goldfarb, M. I. Gomis, M. Huang, K. Leitzell, E. Lonnoy, J.B.R. Matthews, T. K. Maycock, T. Waterfield, O. Yelekçi, R. Yu and B. Zhou (eds.)]. Cambridge University Press: IPCC, 2021.

LOUSADA, M. A. Antigas vilas, aldeias velhas, novas aldeias. A paradoxal identidade das Aldeias Históricas de Portugal. **Turismo, Inovação e Desenvolvimento**, p. 143-174, 2008.

PORTUGAL. Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2015. **Diário da República**: 1.ª série, Lisboa, Portugal — N.º 130 — 7 de julho de 2015.

PORTUGAL. [Constituição (1976)]. **Constituição da República Portuguesa**. Lisboa, Portugal. Disponível em: <<https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>> Acesso em: 10 jan. 2022.

REIS, P., BALTAZAR, M. S. Mobilidade e diferenciação dos espaços de lazer e de turismo: Percepções dos visitantes e dos residentes de um destino turístico do interior. **Forum Sociológico**, n. 36 (2020), p.57-65, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.4000/sociologico.9187>> Acesso em 05 nov. 2021

SILVEIRA, M. A. **Planejamento Integrado das Aldeias Históricas de Portugal**. Trabalho Final de Graduação. (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Engenharia e Arquitetura. Universidade de Passo Fundo, 2021.

SPECK, J. **Cidade Caminhável**. (1st ed.). São Paulo: Perspectiva, 2016.

STEINER, F. R. **Making Plans: How to engage with landscape, design, and the urban environment**. Texas: University of Texas Press, 2018. Disponível em: < <https://doi.org/10.7560/314302>> Acesso em: 5 de nov. 2021.

UNESCO. **Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage**. Paris, 17 October 2003. Disponível em: <http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=17716&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html> Acesso em: 15 de out. 2021.

UNESCO. **Recommendation on the Historic Urban Landscape**. Paris, 10 November 2011. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/uploads/activities/documents/activity-638-98.pdf>> Acesso em: 15 de out. 2021.

VELDPAUS, L. **Historic urban landscapes: framing the integration of urban and heritage planning in multilevel governance**. Eindhoven: Technische Universiteit Eindhoven, 2015.